



DATA DA REUNIÃO: SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG. ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZ HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----



Handwritten signature and initials.

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHAES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Para conhecimento da atividade da câmara municipal o senhor presidente deu conhecimento dos despachos a seguir referidos, por si proferidos ao abrigo de competência própria:

- Despacho de quinze de outubro findo que adjudicou à sociedade Murarte – Construções Lda a empreitada denominada “Obras de Conservação / Reconstrução da Casa de Chá”, pelo preço de 23.629,00 € (vinte e três mil seiscientos e vinte e nove euros), mais IVA;-----

- Despacho de dezasseis do mesmo mês de outubro que adjudicou à sociedade Construções S. Rosendo Lda a empreitada denominada “Beneficiação de um troço da rua Albino Sousa Cruz – Sequeirô”, pelo preço de 19.199,25 € (dezanove mil cento e noventa e nove euros e vinte e cinco cêntimos), mais IVA;-----

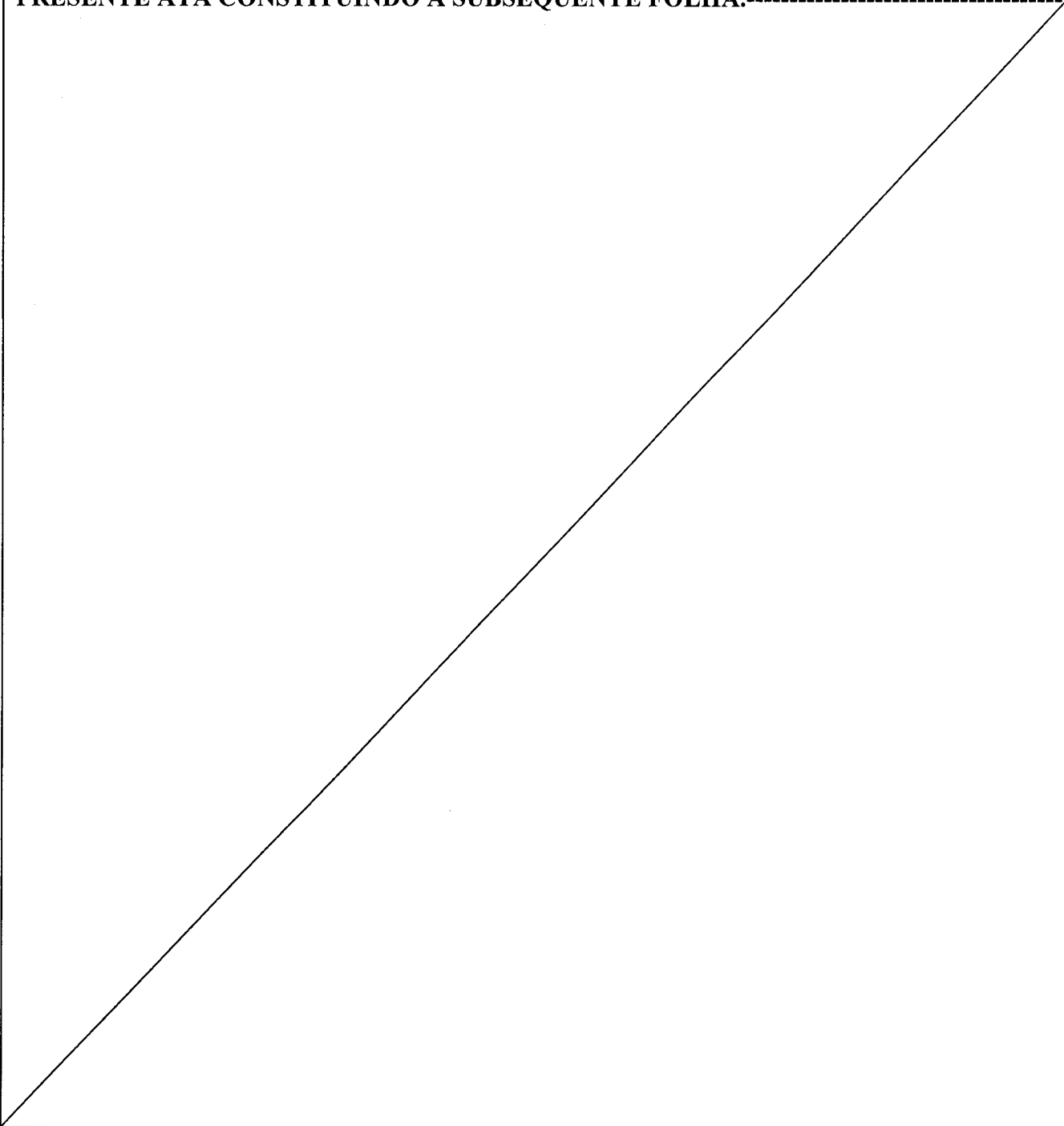
- Despacho de vinte e quatro do mesmo mês de outubro, que adjudicou à sociedade Construções Europa Ar-Lindo, S.A., a empreitada denominada “NAID – Intervenção no corpo das instalações sanitárias”, pelo preço de 93.715,29 € (noventa e três mil setecentos e quinze euros e vinte e nove cêntimos);-----

- Despacho da mesma data que adjudicou à sociedade Edinorte – Edificações Nortenhass, S.A., a empreitada denominada “Requalificação da rua José Luis de Andrade – S. Tomé de Negrelos”, pelo preço de 78.850,00 € (setenta e oito mil oitocentos e cinquenta euros), mais IVA.-----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7/NOVEMBRO/2012 – ATA Nº 22

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (24/10/2012)
- 2 – Alterações ao Projeto de Regulamento da “Fábrica de Santo Thyrsó”: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 3 – Contrato de “Fornecimento de Refeições em refeitórios Escolares”: Cessão da posição contratual da sociedade Lourenço & Nóbrega – Restauração e Catering Lda para a sociedade Nobrecer, Food Service, Lda
- 4 – Protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso e a sociedade Columbófila das Aves tendo por objeto a cedência do direito de utilização de prédio do município: Ratificação
- 5 – Celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre o município de Santo Tirso e diversas instituições desportivas ou que desenvolvem atividades de caráter desportivo
- 6 – Outros subsídios
- 7 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços
- 8 – Processos de obras particulares e loteamentos

Santo Tirso, 02 de novembro de 2012

O Presidente,



Castro Fernandes



67

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (24/10/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e quatro de outubro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----



A

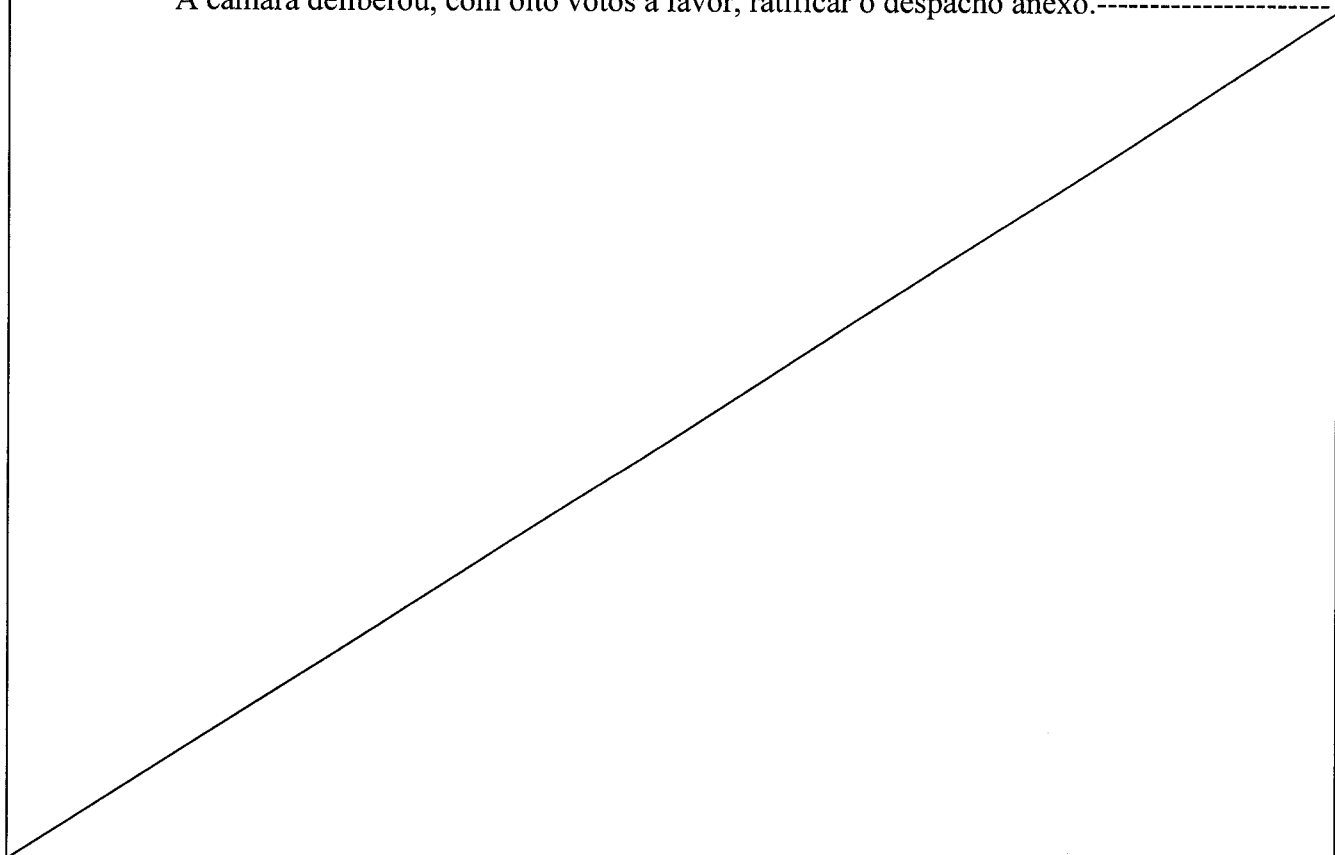
7

2. ALTERAÇÕES AO PROJETO DE REGULAMENTO DA “FÁBRICA DE SANTO THYRSO”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do presidente da câmara municipal, de trinta e um de outubro findo, que aprovou alterações ao Projeto de Regulamento da “Fábrica de Santo Thyrsó”, aprovado pela câmara municipal em vinte e quatro do mesmo mês de outubro, proferido com a fundamentação constante do aludido despacho, nomeadamente a necessidade de submeter o Projeto de Regulamento a inquérito público, o qual foi enviado para a Imprensa Nacional Casa da Moeda para efeitos de publicação no Diário da Republica no dia cinco do corrente mês de novembro, já com a redação decorrente das alterações introduzidas pelo aludido despacho.-----

O senhor presidente submeteu o referido despacho à ratificação da câmara municipal, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o despacho anexo.-----



DESPACHO

Despacho de aprovação das alterações ao projeto do Regulamento da Fábrica de Santo Thyrsó, introduzidas na sequência da deliberação camarária de 24/10/2012

Em reunião da câmara municipal de 24 de outubro corrente (item 12 da respetiva ata) foi deliberado aprovar o projeto do Regulamento da Fábrica de Santo Thyrsó e submeter o mesmo a inquérito público pelo período de 30 dias.

A câmara municipal deliberou ainda que, no projeto do referido regulamento, onde se faz referência a "taxas de ocupação" deve passar a constar "preços de ocupação".

Sem prejuízo da necessária alteração da redação dos artigos do regulamento que se referem a "taxas de ocupação", verifica-se que é oportuno e conveniente proceder à retificação do primeiro parágrafo do preâmbulo, por conter incorreções, ao aditamento de um artigo relativo ao pagamento em espécie e à alteração da redação de outros artigos relativos à ocupação dos espaços e horário de abertura da Fábrica.

Nestes termos, e tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que não se trata de alterações substanciais, mas de pequenas alterações ajustadas à gestão e funcionamento da Fábrica;

Considerando que o referido projeto do regulamento tem de estar sujeito a inquérito público pelo período de 30 dias, com a sua publicitação em Diário da República e Jornal de âmbito local;

Considerando que após o período de inquérito público o projeto do regulamento em causa tem de ser novamente submetido a aprovação pela câmara municipal para ser remetido à reunião ordinária da assembleia municipal que decorrerá em meados de dezembro;

Considerando que a próxima reunião de câmara se encontra agendada para o dia 7 de novembro e que não se justifica reunir extraordinariamente o executivo camarário até essa data;

Considerando que se impõe remeter de imediato o projeto do regulamento a inquérito público, sob pena de comprometer o período fixado para a sua realização;

Decido, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, aprovar a alteração da redação do projeto do referido Regulamento nos termos seguintes:

1- É aditado o artigo 11º e são renumerados os artigos subsequentes.

2- No primeiro parágrafo do Preâmbulo do regulamento passa a ler-se:

“O Município de Santo Tirso é proprietário de um prédio urbano denominado “Fábrica de Santo Thyrso”, sito na Rua Dr. Oliveira Salazar, nº 88, freguesia e concelho de Santo Tirso, descrito na conservatória do registo predial de Santo Tirso sob os n.ºs 02785 e 3045.”

3- É alterada a redação dos artigos a seguir indicados:

“Artigo 4.º

(...)

O presente Regulamento é aplicável a todos os espaços da Fábrica de Santo Thyrso, à exceção da Incubadora de Santo Tirso, cuja gestão está afeta à Fundação de Santo Thyrso, e da Incubadora de Moda e Design, cuja ocupação será estabelecida em regulamento próprio.”

“Artigo 6º

(...)

1- (...).

2- (...).

3- *O direito de ocupação é concedido sob a condição resolutiva de não se alterarem os pressupostos de facto em que se baseia a adjudicação.”*

4- (...).

5 – (...).”

“Artigo 9.º

(...)





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

9
A
7

1- (...).

a) O valor da adjudicação - valor que resultar da licitação acima da base estabelecida pelo presidente da câmara municipal, no caso do procedimento adotado para adjudicação dos espaços objeto do presente regulamento ser a hasta pública, ou do valor que resultar da negociação, no caso do procedimento adotado para adjudicação dos referidos espaços ser a negociação direta com publicação prévia de anúncio;

b) Preço de ocupação previsto na Tabela de Preços anexa ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, a qual constitui o respetivo Anexo IV.

2- (...).

3- (...).

4- (...)."

"Artigo 10.º

Situações excecionais

1- Em situações excecionais e de relevante interesse público devidamente fundamentado, pode o presidente da câmara municipal isentar do pagamento ou reduzir o preço referido na alínea b) do nº 1 do artigo 9º, pela cedência dos espaços da Fábrica referidos no artigo 7º do presente regulamento, nos seguintes casos:

a) Para a realização de ações a desenvolver por pessoas coletivas de utilidade pública administrativa legalmente constituídas, inseridas no âmbito dos seus fins estatutários;

b) Para a realização de ações a desenvolver por instituições particulares de solidariedade social legalmente constituídas, inseridas no âmbito dos seus fins estatutários;

c) Para a realização de ações a desenvolver por associações religiosas, culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, inseridas no âmbito dos seus fins estatutários;

d) Para a realização de ações a desenvolver por cooperativas, uniões, federações e confederações legalmente constituídas, inseridas no âmbito dos seus fins estatutários;

2- O disposto no número anterior não prejudica a isenção do pagamento ou redução do preço noutras situações que a câmara municipal venha a atribuir, por razões de relevante interesse público."

7

"Artigo 11.º

Pagamento em espécie

- 1- Em casos excecionais e por motivos de interesse público devidamente justificativos, pode o presidente da câmara municipal autorizar o pagamento, em espécie, do preço de ocupação dos espaços que integram a Fábrica.*
- 2- O disposto no número anterior pressupõe que os valores em confronto sejam equiparáveis."*

"Artigo 12.º (anterior 11.º)

(...)."

"Artigo 13.º (anterior 12.º)

Período de abertura e funcionamento


- 1- O período de abertura da Fábrica é o seguinte:*
 - Das 08,00h às 20,00h, de segunda a sábado, de 1 abril a 30 de setembro;*
 - Das 08,00h às 18,00h de 1 de outubro a 31 de março.*
- 2- O período de funcionamento dos espaços que integram a Fábrica pode ser alterado a pedido dos adjudicatários e ocupantes, mediante autorização e condições a definir por despacho do presidente da câmara municipal de Santo Tirso.*
- 3- Anterior n.º 4."*

"Artigo 14.º (anterior Artigo 13.º)

(...)."

"Artigo 15.º (anterior Artigo 14.º)

(...)

- 1- (...).*
 - 2- (...).*
 - 3- (...).*
- 



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

4 - O disposto no número um do presente artigo não implica a restituição do valor de adjudicação, e o preço de ocupação é devido até à efetiva devolução do espaço, incluindo o mês em que a entrega se verificar.”

“Artigo 16.º (anterior Artigo 15.º)

(...).”

“Artigo 17.º (anterior Artigo 16.º)

(...)

a) (...);

b) (...);

c) (...);

d) (...);

e) (...);

f) Proceder ao pagamento atempado do preço de ocupação dos espaços;

g) (...);

h) (...);

i) (...).”

“Artigo 18.º (anterior Artigo 17.º)

(...).”

“Artigo 19.º (anterior Artigo 18.º)

(...).”



“Artigo 20.º (anterior Artigo 19.º)

(...).”



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

12

A
h

“Artigo 21.º (anterior Artigo 20.º)

(...).”

“Artigo 22.º (anterior Artigo 21.º)

(...).”

“Artigo 23.º (anterior Artigo 22.º)

(...).”

“Artigo 24.º (anterior Artigo 23.º)

(...).”

“Artigo 25.º (anterior Artigo 24.º)

(...).”

“Artigo 26.º (anterior Artigo 25.º)

(...).”

“Artigo 27.º (anterior Artigo 26.º)

(...).”

“Artigo 28.º (anterior Artigo 27.º)

(...).”

f



A versão consolidada do projeto do regulamento da Fábrica de Santo Tirso, com as alterações agora introduzidas, é a que consta do documento anexo ao presente despacho e que dele fica a fazer parte integrante.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

13

Remeta-se o presente despacho à próxima reunião de câmara para ratificação e cópia à Divisão Jurídica e do Contencioso.

Santo Tirso, 31 de outubro de 2012

O Presidente,

Castro Fernandes



A

h

3. CONTRATO DE “FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES”: CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LOURENÇO & NÓBREGA – RESTAURAÇÃO E CATERING LDA PARA A SOCIEDADE NOBRECER, FOOD SERVICE, LDA.-----

Presente requerimento de sete de setembro último, da Sociedade Lourenço & Nóbrega – Restauração e Catering Lda, registado com o número nove mil cento e quinze, a solicitar a cessão da sua posição contratual no contrato de “Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares”, celebrado no dia cinco de janeiro de dois mil e nove (contrato n.º 1/2009) para a sociedade Nobrecer, Food Service Lda.-----

O expediente vem informado pela Divisão Jurídica e do Contencioso, conforme informações números II_0918/2012 e II_1015/2012, de dois de outubro findo e cinco do corrente mês de novembro, respetivamente.-----

Resulta do informado que a sociedade cessionária apresentou todos os documentos gerais e os documentos relativos à sua habilitação técnica e profissional para prestação dos serviços em causa.-----

No que se refere à sua capacidade económica/financeira a cessionária apresenta declaração de início de atividade em cinco de julho último.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse autorizar a cessão da posição contratual da sociedade Lourenço & Nóbrega – Restauração e Catering Lda para a sociedade Nobrecer, Food Service Lda, no contrato acima referido, assumindo a sociedade cessionária todos os direitos e obrigações emergentes do aludido contrato, a partir da data da assinatura de documento que formalize esta autorização, no ato do qual deve ser apresentado pela cessionária documento comprovativo da prestação de caução para garantia da boa execução do contrato, no valor de 19.111,26 € (dezanove mil cento e onze euros e vinte e seis cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



4. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE COLUMBÓFILA DAS AVES TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE PRÉDIO DO MUNICÍPIO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Protocolo celebrado no dia vinte e dois de outubro findo entre o município de Santo Tirso e a Sociedade Columbófila das Aves, tendo por objeto a cedência do direito de utilização das instalações do prédio urbano sito na rua Manuel Afonso Silva, n.º 91, na freguesia de Vila das Aves, para funcionamento da sede daquela associação e nas condições constantes do aludido Protocolo, do qual se anexa cópia à presente ata da reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, constituído por quatro páginas.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar a decisão de celebração do aludido Protocolo, nos seus precisos termos.-----



5. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E DIVERSAS INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS OU QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES DE CARATER DESPORTIVO

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro e artigos 46º e 47º da Lei 5/2007, de 16 de janeiro, e ao abrigo da sua competência prevista nas alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse celebrar os seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo:-----

h

5. A) CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO – CULTURAL E DESPORTIVA DE SANTA CRISTINA DO COUTO.-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto de trinta e um de outubro findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número Doc_9143/2012.-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela Associação do Bairro – Cultural e Desportiva de Santa Cristina do Couto, pessoa coletiva número 502 039 108, anexo à minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas;-----

Considerando que aquela associação não está obrigada à inscrição como contribuinte da segurança social, conforme Declaração emitida pelo Serviço Local da Trofa do Instituto da Segurança Social, I.P., de vinte e oito de outubro findo e considerando que tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em nove de maio último, válida por seis meses;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela Associação do Bairro – Cultural e Desportiva de Santa Cristina do Couto merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do aludido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da referida minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3360/2012.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade com o número de compromisso 4027/2012, de cinco do corrente mês de

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 22 Fl. 18
07 de novembro de 2012

67

novembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO CULTURAL E DESPORTIVA"

Outorgantes

Primeiro: Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, portador do cartão de cidadão nº 02873162 0ZZ8, válido até 02/08/2013, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº 55, desta cidade, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Joaquim António Gomes Miranda, casado, natural de Santa Cristina do Couto, concelho de Santo Tirso, portador do Bilhete de Identidade nº 8548536, válido até 29-09-2013, residente na Rua Plácido de Carvalho, nº 94, em Santa Cristina do Couto, Presidente da "Associação do Bairro - Cultural e Desportiva" o qual outorga em nome e em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 502039108, com sede na Rua de Felicidade, s/n, da freguesia de Santa Cristina do Couto do Concelho de Santo Tirso, adiante designada por Coletividade.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse municipal bem como na conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, disposta nos artigos 21º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro e 64º, nº4, alíneas a) e b) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Segunda Outorgante movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que a Segunda Outorgante tem elevadas despesas na participação no designado Campeonato nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens.

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação do Bairro – Cultural e Desportiva":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, na concretização dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela Coletividade, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Cláusula Segunda

Custo do Programa

A prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

21

A
67

integrante, constituindo o Anexo I, tem um custo que ascende os 5.315,00 euros (cinco mil trezentos e quinze euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- Pelo presente contrato-programa, o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, no montante de 1.000,00 euros (mil euros).
- 2- Sem prejuízo da prévia publicitação do presente contrato nas formas previstas nos artigos 91º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro, a comparticipação do MST, será efetuada no mês de Novembro de 2012.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato-programa serão efetuados pelo MST.
- 2- A Coletividade obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas às despesas relacionadas com a sua atividade.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da coletividade

Para além do disposto no nº 2 da cláusula anterior, a coletividade compromete-se a assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato-programa à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Plano de Desenvolvimento Desportivo a que o mesmo se refere.



8



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

22

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da Coletividade confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver a quantia paga quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2012, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2012.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

23

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Os encargos assumidos pelo MST, inerentes ao presente contrato, serão suportados pela proposta de cabimento n.º xxx com a classificação económica 040701 do Orçamento da Câmara Municipal, na qual tem suficiente dotação, e o compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o nº xxxx.

A Associação do Bairro – Cultural e Desportiva tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social em 26/10/2012, válida pelo período de seis meses.

A Associação do Bairro – Cultural e Desportiva tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida pela Autoridade Tributária Aduaneira, Serviço de Finanças de Santo Tirso em 29/05/2012, válida pelo período de seis meses.

O presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de xxxx (item xx) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, x de Novembro de 2012

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



ABCD - ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO - CULTURAL E DESPORTIVA²⁴

FUNDADA EM 13-5-1988

RUA DA FELICIDADE (BAIRRO) - 4780-188 SANTA CRISTINA DO COUTO - SANTO TIRSO

NO PLANO DE ATIVIDADES, PARA O ANO DE 2012/13, DA ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO – CULTURAL E DESPORTIVA, “ABCD”, CONSTA A PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO CONCELHIO DE FUTEBOL AMADOR, COM O SEGUINTE ORÇAMENTO:

Aluguer de campo	3 010,00 €
Arbitragem	945,00 €
Seguro	1 120,00€
Outras despesas	250,00€
Total de despesas	5 315,00€

Cinco mil, trezentos e quinze euros.

O Presidente da Direção,


(Joaquim António Gomes Miranda)





Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

5. B) CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO KARATE SHOTOKAN DE VILA DAS AVES – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL.-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto de trinta e um de outubro findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número Doc_9144/2012.-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela associação Karaté Shotokan de Vila das Aves – Associação Desportiva e Cultural, pessoa coletiva número 506 692 701, anexo à minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes dez folhas;-----

Considerando que aquela associação tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Directa, em vinte e nove de outubro findo, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em quinze de maio último, válida por seis meses;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela associação Karaté Shotokan de Vila das Aves – Associação Desportiva e Cultural merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 3.000,00 € (três mil euros) para apoiar a prossecução do aludido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da referida minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3362/2012.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade com o número de compromisso 4031/2012, de cinco do corrente mês de

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

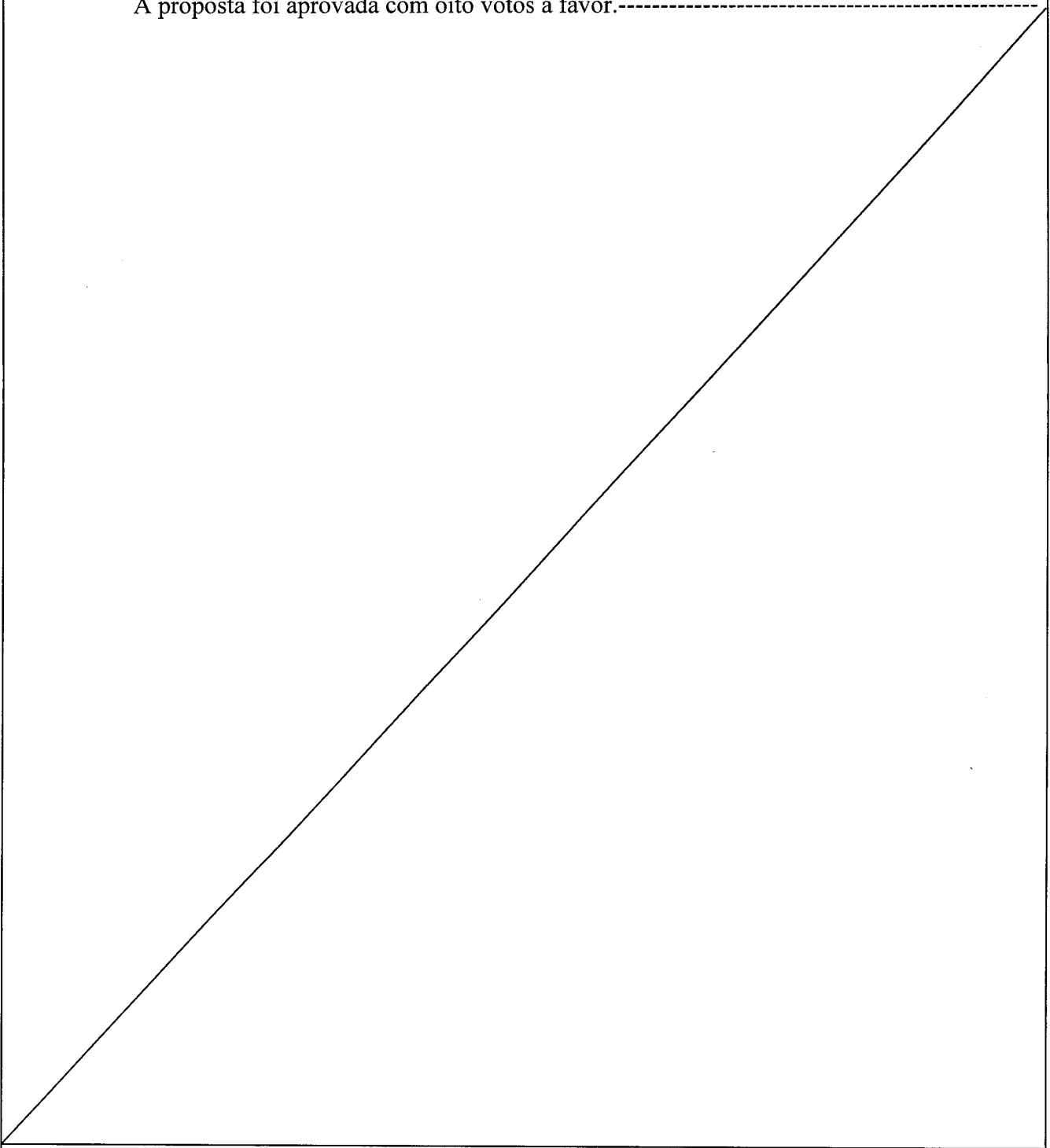
Ata N.º 22 Fl. 26
07 de novembro de 2012

A

67

novembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "KARATE SHOTOKAN DE VILA DAS AVES – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL"

Outorgantes

Primeiro: Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, portador do cartão de cidadão nº 02873162 0ZZ8, válido até 02/08/2013, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº 55, desta cidade, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Joaquim Gomes Fernandes, casado, natural do Concelho de Barcelos, portador do cartão de cidadão nº 7189725, válido até 11-09-2017, residente na Rua 25 de abril, nº25, em Vila das Aves, Presidente da "Karate Shotokan de Vila das Aves – Associação Desportiva e Cultural", o qual outorga em nome e em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 506692701, com sede na Rua 25 de Abril, nº 25, na Freguesia de Vila das Aves, em Santo Tirso, adiante designada por Coletividade.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse municipal bem como na conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, disposta nos artigos 21º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro e 64º, nº4, alíneas a) e b) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Segunda Outorgante movimenta um elevado número de praticantes jovens e seniores da modalidade de Karate Shotokan;

Considerando que a Segunda Outorgante participa em dezenas de provas de carácter Regional, Nacional e Internacional;

Considerando que a Segunda Outorgante promove, neste Município, provas de grande dimensão como são o "Torneio Internacional de Karate", o "Estágio Internacional de Karate" e o "Karate Jovem".

Considerando que a Segunda Outorgante disponibiliza atividades relacionadas com a Defesa Pessoal junto dos elementos da Polícia Municipal.

Considerando que a Segunda Outorgante tem elevadas despesas na participação e organização das referidas provas.

Entre o Município de Santo Tirso e a "Karate Shotokan de Vila das Aves – Associação Desportiva e Cultural":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, na concretização dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela Coletividade, que a seguir se enuncia:

- Participação e Promoção de Eventos de âmbito Regional, Nacional e Internacional da Modalidade de Karate;
- Promoção de atividades relacionadas com a Defesa Pessoal junto dos elementos da Polícia Municipal.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

A prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, tem um custo que ascende os 16.430,00 euros (dezasseis mil e quatrocentos e trinta euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- Pelo presente contrato-programa, o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, no montante de 3000,00 euros (três mil euros).
- 2- Sem prejuízo da prévia publicitação do presente contrato nas formas previstas nos artigos 91º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro, a comparticipação do MST, será efetuada no mês de Novembro de 2012.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato-programa serão efetuados pelo MST.
- 2- A Coletividade obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas às despesas relacionadas com a sua atividade.



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Cláusula Quinta

Responsabilidades da coletividade

Para além do disposto no nº 2 da cláusula anterior, a coletividade compromete-se a assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato-programa à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Plano de Desenvolvimento Desportivo a que o mesmo se refere.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da Coletividade confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver a quantia paga quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2012, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2012.

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Os encargos assumidos pelo MST, inerentes ao presente contrato, serão suportados pela proposta de cabimento n.º xxx com a classificação económica 040701 do Orçamento da Câmara Municipal, na qual tem suficiente dotação, e o compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o nº xxx.

A Karate Shotokan de Vila das Aves – Associação Desportiva e Cultural tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social em 29/10/2012 válida pelo período de quatro meses.

A Karate Shotokan de Vila das Aves – Associação Desportiva e Cultural tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida pela Autoridade Tributária Aduaneira, Serviço de Finanças de Santo Tirso em 15/05/2012, válida pelo período de seis meses.

O presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de xxx de 2012 (item xxx) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, xxx de Outubro de 2012

KARATE SHOTOKAN DE VILA DAS AVES

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL

www.karatesva.com

jfernandeskarate@iol.pt

Sede Provisória: Rua 25 de Abril, 25 * 4795-023 Vila das Aves
Portugal



32

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2012

JANEIRO

Dias 07 e 08 - Campeonato Nacional de Clubes de Juvenis, Cadetes, Juniores e Seniores em Matosinhos,
deslocação e dormida para 18 atletas.

Orçamento: 100€

Dias 14 e 15 - Open de Paris, deslocação e estadia para 1 atleta.

Orçamento: 190 €

Dia 21 - Treino Nacional de Graduados em Pombal, deslocação de 6 atletas.

Dia 28 - 18.º Grande Torneio de Karate Kumite Equipas de Vila das Aves, 10.º Internacional e 7º Open de
campeões nacionais, no Pavilhão Desportivo Municipal de Santo Tirso.

Orçamento Previsto: 6.500€

FEVEREIRO

Dias 03 e 04 - 19º Estágio de Karate Shotokan na Vila das Aves.

Dias 10 a 12 - 39º Campeonato Europeu de Cadetes e Juniores em Baku - Azerbaijão.

Dia 18- Campeonato Regional Norte de Seniores em Gueifães – Maia, deslocação de 4 Atletas.

Orçamento: 20€

Dia 25 - Torneio Núcleo Português de Karate em Matosinhos, deslocação de 12 atletas.

Orçamento: 80€

MARÇO

Dia 03 - Treino de treinadores, Coimbra.

Dia 04 - Campeonato Nacional de Seniores em Guimarães, deslocação para 6 atletas.

Orçamento: 20 €

Dias 10 e 11 - 5.º Open Unam em Mafra, deslocação e dormida para 8 atletas.

Orçamento: 330€

Dias 17 e 18 - Open de Itália, Milão - Itália deslocação e estadia para de 4 atletas.

Orçamento: 870€

ABRIL

Dia 01 - Taça Centro Português de Karate de Infantis a Juvenis em Vila Caís - Amarante, deslocação de 13 atletas.

Orçamento: 90 €

Dia 13- Campeonato Regional do Norte Infantis a Juvenis na Póvoa de Varzim, deslocação de 9 atletas.

Orçamento: 30€

Dias 14 e 15- Open da Maia, na Maia, deslocação e inscrição de 20 atletas.

Orçamento: 110€

Dias 21 e 22 - Grande Estágio da Primavera em Alcochete, participação de 6 atletas.

MAIO

Dia 1- Torneio em Vila Nova de Gaia, deslocação de 8 atletas.

Orçamento: 60€

Dia 05 - Campeonato Nacional Infantis a Juvenis em Cascais - Lisboa, deslocação para 11 atletas.

Orçamento: 510€

Dias 10 a 13 - 47º Campeonato Europeu de Seniores em Tenerife - Espanha.

Dia 19 - Campeonato Nacional Universitário em Lisboa, deslocação para 4 atletas.

Orçamento: 130€

Dia 26 - Campeonato da Liga Portuguesa de Karate Shotokan em Oliveira de Azeméis, deslocação e inscrição de 8 atletas.

Orçamento 130 €

JUNHO

Dia 02 - Torneio de Almeirim, deslocação e estadia de 9 atletas.

Orçamento: 340€

Dias 09 e 10 - 10.º Campeonato Europeu de regiões, Moscovo – Rússia, deslocação e estadia de 5 atletas.

Orçamento: 1900€.

Dia 16 - Treino Nacional de Graduados em Pombal, deslocação de 6 atletas.

Dia 23 - Campeonato Concelhio de Karate Jovem em Santo Tirso.

Dia 30 - Torneio Internacional da Amadora, deslocação de 8 atletas.

Orçamento: 320€

Dias 29 e 30 - Estagio de Karate Shotokan na Ilha de S. Miguel – Açores.

JULHO

Dias 07 e 08 - Estagio de Karate Shotokan na Ilha de S. Miguel – Açores

Dia 08 - Torneio em Vila do Conde, deslocação de 15 atletas.

Orçamento: 50€

Dias 14 e 15 - Estagio de Karate Shotokan na Póvoa de Varzim, participação de 4 atletas.

Dias 21 e 22 - Grande Estágio Internacional de Verão em Coimbra, participação de 9 atletas.

Dias 28 e 29 - Estagio de Karate Shotokan no Porto, participação de 6 atletas.

AGOSTO

Férias e depois apenas treinos.

SETEMBRO

Dias 01 e 02- Estágio de Karate Shotokan no Lindoso, deslocação de 6 atletas.

Dia 08 - Lion Cup, Torneio Internacional no Luxemburgo, despesa para 5 atletas.

Orçamento: 700€

Dias 22 e 23 - Premier League, Erfurt – Alemanha, deslocação para 1 atleta.

Orçamento 180€

OUTUBRO

Dia 05 - Curso para Oficiais de Mesa em Lisboa

Dias 06 e 07 - Curso para Juizes de Karate em Lisboa

Dias 13 e 14 - Curso para Árbitros de Karate em Almeirim

Dia 20 - Comemoração dos 20 anos de Karate na Vila das Aves, em Vila das Aves

Dia 27 - Ação de formação para treinadores, Faro.

Dias 27 e 28 - Premier League, Salzburg – Áustria, deslocação para 1 atleta.

Orçamento 190€.

NOVEMBRO

Dia 03 - Taça nacional LPK, na Amadora, deslocação de 3 atletas.

Orçamento: 150 €

Dia 04 - Taça nacional CPK, Cadetes, Juniores e Seniores em Vila Caiz, deslocação de 9 atletas.

Orçamento: 50 €

Dia 10 - Treino Nacional de Graduados em Coimbra, deslocação de 6 atletas.

Dias 21 a 25 - 21º Campeonato Mundial de karate Seniores, Paris - França.

DEZEMBRO

Dia 01 - Ação de Reciclagem para Juizes e Árbitros de Karate em Marco de Canaveses.

Dia 02 - Campeonato Regional Norte, Cadetes e Juniores em Marco de Canaveses, deslocação de 9 atletas.

Orçamento: 100 €

Dias 08 e 09 - Campeonato Europeu de Karate Shotokan, Zagreb - Sérbia.

Dias 08 e 09 - Grande Estágio de Inverno na Póvoa de Varzim, participação de 12 atletas.

Dia 15 - 20º Campeonato Nacional de Cadetes e Juniores, 5º Sub 21 em Sesimbra, orçamento para 8 atletas.

Orçamento: 560 €

Dias 22e 23 - Ação de Formação para treinadores, Lisboa.

As despesas das deslocações, estadia e inscrições nas acções de formação, cursos, treinos e estágios, são suportadas pelos próprios, por essa razão não estão discriminadas.

Nas deslocações aos campeonatos europeus e mundiais a federação suporta as despesas.

Nos torneios nacionais e internacionais, bem como nos campeonatos regionais e nacionais é a associação que suporta as despesas dos seus competidores. A seguir o orçamento das despesas que esta associação tem que pagar.

ORÇAMENTO POR RUBRICA:

Orçamento para as competições nacionais atrás descritas (prioritário)-----8.060€

Orçamento para o 19º Grande Torneio, 11º internacional, Santo Tirso-----6.500€

Aluguer do pavilhão da escola E B 2/3 de Vila das Aves para os treinos, 11 meses x 170€-----1.870€

Total -----16.430€

Filiada

CENTRO PORTUGUÊS DE KARATE * LIGA PORTUGUESA DE KARATE SHOTOKAN
FEDERAÇÃO DE KARATE TRADICIONAL DE PORTUGAL
FEDERAÇÃO NACIONAL DE KARATE – PORTUGAL



5. C) CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GUIMAREI.-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto de trinta e um de outubro findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número Doc_9142/2012.-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela Associação Desportiva de Guimarei, pessoa coletiva número 502 144 580, anexo à minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes seis folhas;-----

Considerando que aquela associação tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., Centro Distrital do Porto, em vinte e um de setembro último, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em dezassete de maio último, válida por seis meses;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela Associação Desportiva de Guimarei merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do aludido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da referida minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3361/2012.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade com o número de compromisso 4029/2012, de cinco do corrente mês de novembro.-----

Reunião : ORDINÁRIA



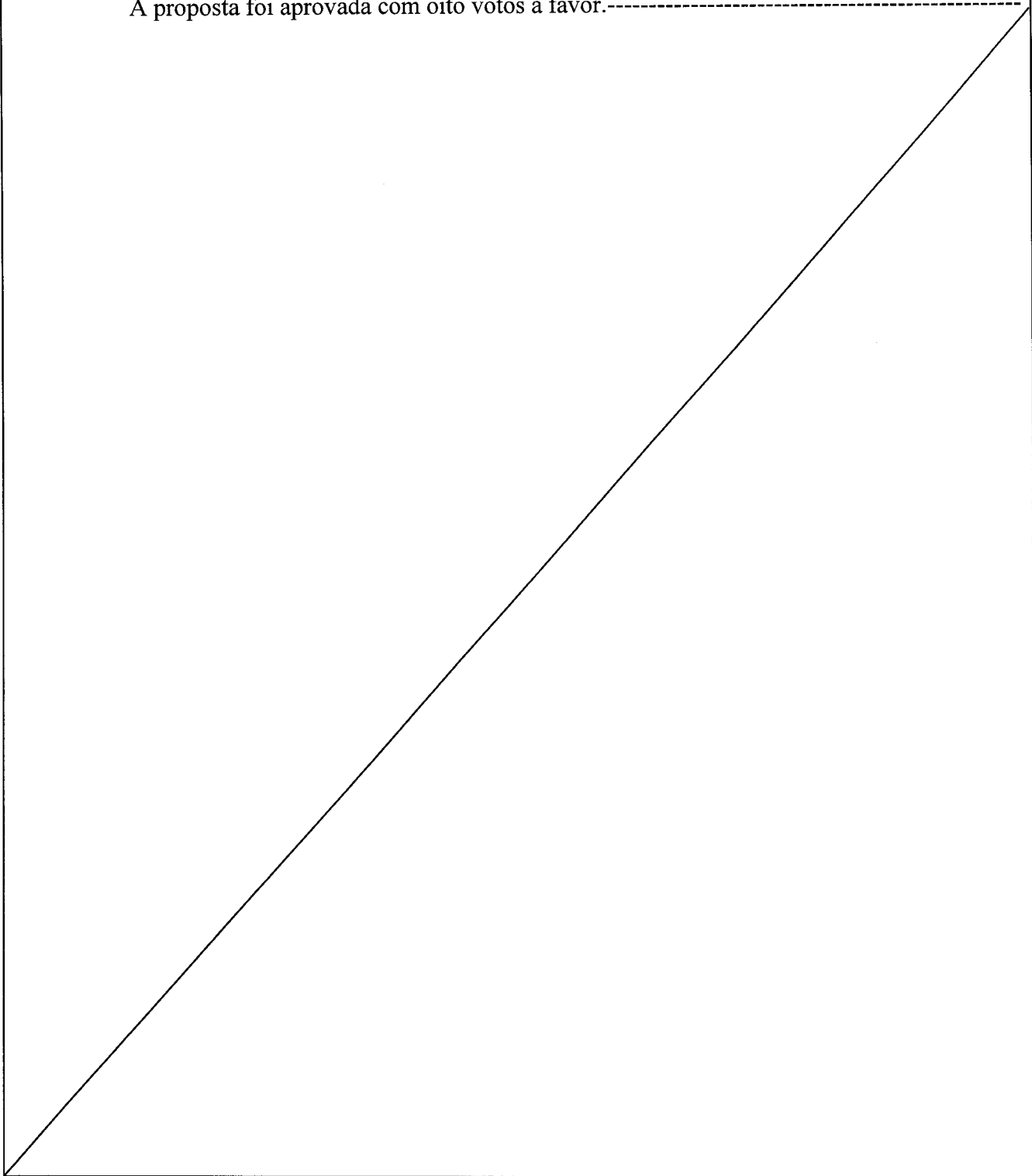
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 22 Fl. 38
07 de novembro de 2012

A

67

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GUIMAREI"

Outorgantes

Primeiro: Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, portador do cartão de cidadão nº 02873162 0ZZ8, válido até 02/08/2013, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº 55, desta cidade, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Luis Fernando Sousa Dias, casado, natural de Guimarei, concelho de Santo Tirso, portador do Bilhete de Identidade nº 5833477, válido até 29-09-2013, residente na Rua da Escola, nº 680, em Guimarei, Presidente da "Associação Desportiva de Guimarei" o qual outorga em nome e em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 502144580, com sede na Rua de Guimarei, s/n, da freguesia de Guimarei do Concelho de Santo Tirso, adiante designada por Coletividade.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse municipal bem como na conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, disposta nos artigos 21º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro e 64º, nº4, alíneas a) e b) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Segunda Outorgante movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que a Segunda Outorgante tem elevadas despesas na participação no designado Campeonato nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens.

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação Desportiva de Guimarei":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, na concretização dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela Coletividade, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Cláusula Segunda

Custo do Programa

A prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

41

integrante, constituindo o Anexo I, tem um custo que ascende os 5.532,00 euros (cinco mil quinhentos e trinta e dois euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- Pelo presente contrato-programa, o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, no montante de 1.000,00 euros (mil euros).
- 2- Sem prejuízo da prévia publicitação do presente contrato nas formas previstas nos artigos 91º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro, a comparticipação do MST, será efetuada no mês de Novembro de 2012.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato-programa serão efetuados pelo MST.
- 2- A Coletividade obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas às despesas relacionadas com a sua atividade.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da coletividade

Para além do disposto no nº 2 da cláusula anterior, a coletividade compromete-se a assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato-programa à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Plano de Desenvolvimento Desportivo a que o mesmo se refere.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

42

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da Coletividade confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver a quantia paga quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2012, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2012.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

43

[Handwritten signature]

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Os encargos assumidos pelo MST, inerentes ao presente contrato, serão suportados pela proposta de cabimento n.º xxx com a classificação económica 040701 do Orçamento da Câmara Municipal, na qual tem suficiente dotação, e o compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o nº xxxx.

A Associação Desportiva de Guimarei tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social em 21/19/2012, válida pelo período de quatro meses.

A Associação Desportiva de Guimarei tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida pela Autoridade Tributária Aduaneira, Serviço de Finanças de Santo Tirso em 17/05/2012, válida pelo período de seis meses.

O presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de xxxx (item xx) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, x de Novembro de 2012

O Primeiro Outorgante,

[Handwritten signature]

O Segundo Outorgante,



ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GUIMAREI

NIPC: 502 144 580

RUA DE GUIMAREI • 4825-189 GUIMAREI • SANTO TIRESO

44

A
7

Contrato Programa

Vimos solicitar a V.Exa. apoio para o Desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Desportivo da nossa Associação. Para isso, remetemos toda a documentação solicitada.

Atividades a desenvolver:

- Campeonato concelhio futebol amador

Custos com o programa:

- Campeonato concelhio futebol amador, (despesa 5.532.00€)

Dados do presidente:

Nome completo: Luis Fernando Sousa Dias

Naturalidade: Guimareí

NºBI: 05833477

Validade BI: cartão cidadão

Morada presidente: Rua da escola, 680

4825-186, Guimareí

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA

GUIMAREI

NIPC - 502 144 580

(Assinatura do presidente e carimbo)

Rua de Guimareí Santo Tiro
4825 - 189 GUIMAREI



A

67

6. OUTROS SUBSIDIOS.-----

**A) À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SANTO TIRSO:
ILUMINAÇÕES DE NATAL/2012.**-----

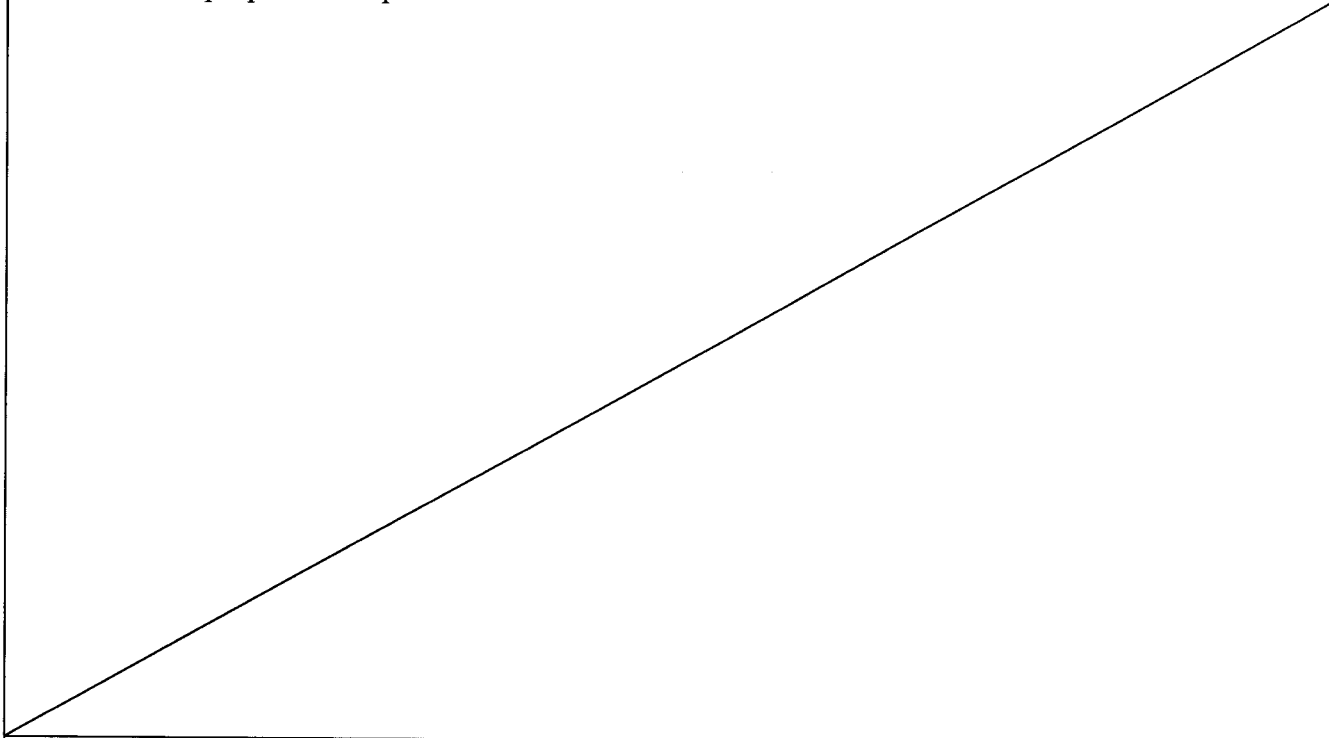
Presente fax de dezoito de outubro findo, da Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso, registado com o número dez mil seiscientos e setenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a iluminação das ruas da cidade de Santo Tirso e ações de animação de Natal na época de Natal/2012.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso um subsídio no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros) para as iluminações e ações de animação de Natal/2012 no concelho de Santo Tirso.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3365/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 4042/2012, de cinco do corrente mês de novembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





A

7

6. B) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho a atribuição dos subsídios a seguir referidos, em resposta aos pedidos das respetivas comissões de festas:-----

- Comissão de Festas em honra de S. Mamede – São Mamede de Negrelos-----

-----300,00 € (trezentos euros)

Esta comissão é representada por José Mendes Gomes e Tomás Agostinho Ferreira Oliveira, conforme ofício registado na câmara municipal com o número trezentos e vinte e seis / dois mil e doze.-----

- Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora de Fátima – São Salvador do Campo-----

-----175,00 € (cento e setenta e cinco euros)

Esta comissão é representada por Joaquim Silva, conforme ofício registado na câmara municipal com o número oitocentos e cinquenta/dois mil e doze.-----



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

- Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário – Água Longa-----

-----200,00 (duzentos euros)

Esta comissão é representada por Ricardo Xavier Dinis Carneiro, conforme documento registado na câmara municipal com o número sete mil setecentos e onze/dois mil e doze.-----

- Comissão de Festas de Nossa Senhora do Parto – Areias-----

-----450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros)

Esta comissão é representada por José Maria Magalhães Ferreira, conforme ofício registado na câmara municipal com o número sete mil oitocentos e sessenta e oito/dois mil e doze.----

- À Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho do Campo-----

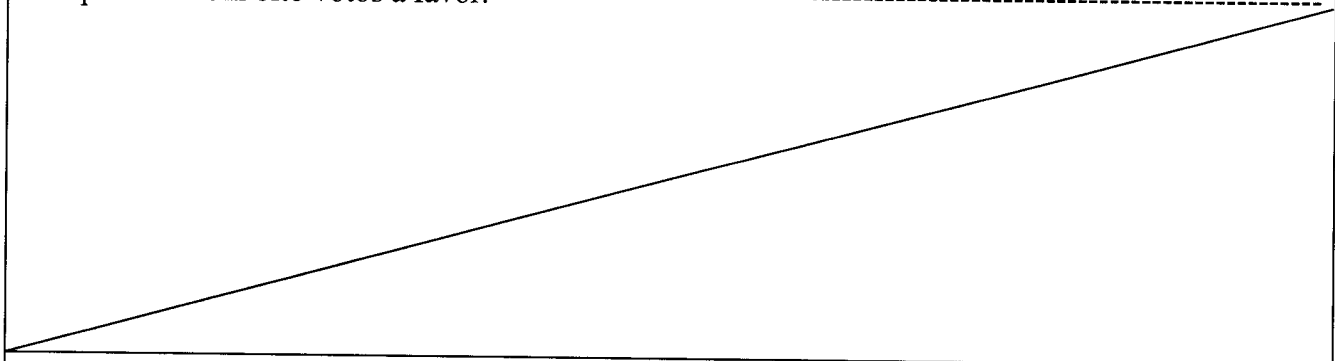
-----500,00 € (quinhentos euros)

Este subsídio é para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Martinho, padroeiro da respetiva Paróquia, que se realizam nos dias oito a onze do corrente mês de novembro, conforme ofício registado na câmara municipal com o número nove mil cento e quarenta e cinco / dois mil e doze.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento números 3380, 3383, 3382, 3381 e 3400 todas de 2012.-----

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 4052/2012, 4055/2012, 4054/2012 e 4053/2012, todos de seis do corrente mês de novembro, e 4065/2012, desta data.-----

A presente proposta de atribuição de subsídios às comissões de festas atrás identificadas foi aprovada com oito votos a favor.-----





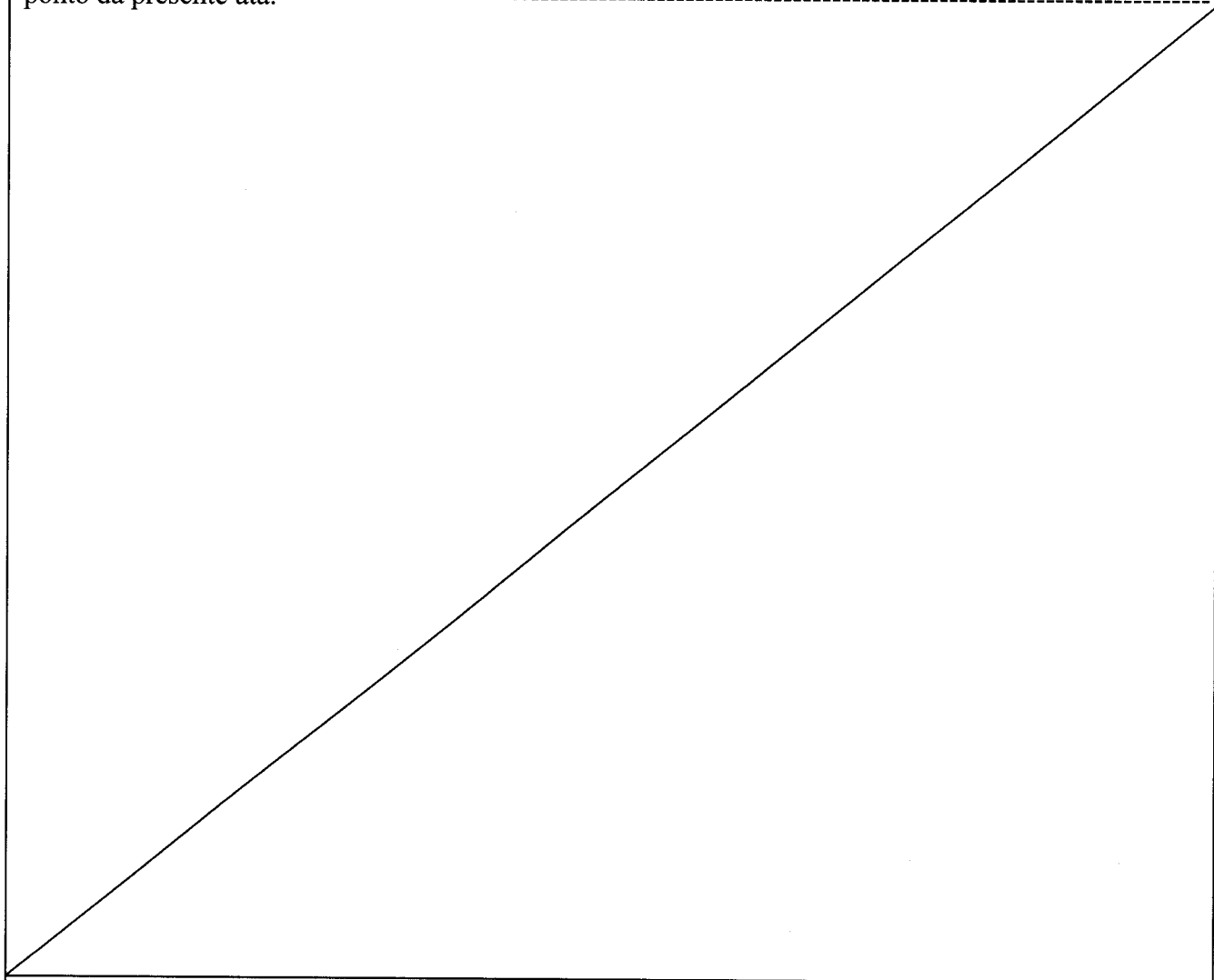
A

7

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o senhor presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

- Projeto de Execução “Conclusão da 2ª fase do Parque Urbano da Rabada – área desportiva, construção de percursos e renaturalização da frente de rio”: aprovação.-----

A câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir o subsequente ponto da presente ata.-----





7

7. PROJETO DE EXECUÇÃO “CONCLUSÃO DA 2ª FASE DO PARQUE URBANO DA RABADA – ÁREA DESPORTIVA, CONSTRUÇÃO DE PERCURSOS E RENATURALIZAÇÃO DA FRENTE DE RIO”: APROVAÇÃO.-----

Presente informação técnica final do departamento de planeamento e habitação, de cinco do corrente mês de novembro, registada com o número II_0977/2012, a remeter o projeto de execução do projeto acima identificado, inscrito no Plano Plurianual de Investimentos com o código da ação 5/2010/34.-----

Consta da referida informação que o valor estimado da obra a executar é de 1.913.329,72 € (um milhão novecentos e treze mil trezentos e vinte e nove euros e setenta e dois cêntimos) e que o projeto de execução respeita as disposições regulamentares aplicáveis ao tipo de obra em causa, nomeadamente o previsto na Portaria 701-A/2008, de vinte e nove de julho, contendo também os elementos previstos no artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, exceto no que se refere aos estudos ambientais e sociais, por não ser aplicável.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o referido projeto de execução, constituído pelos elementos referidos na aludida informação técnica e índice anexo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

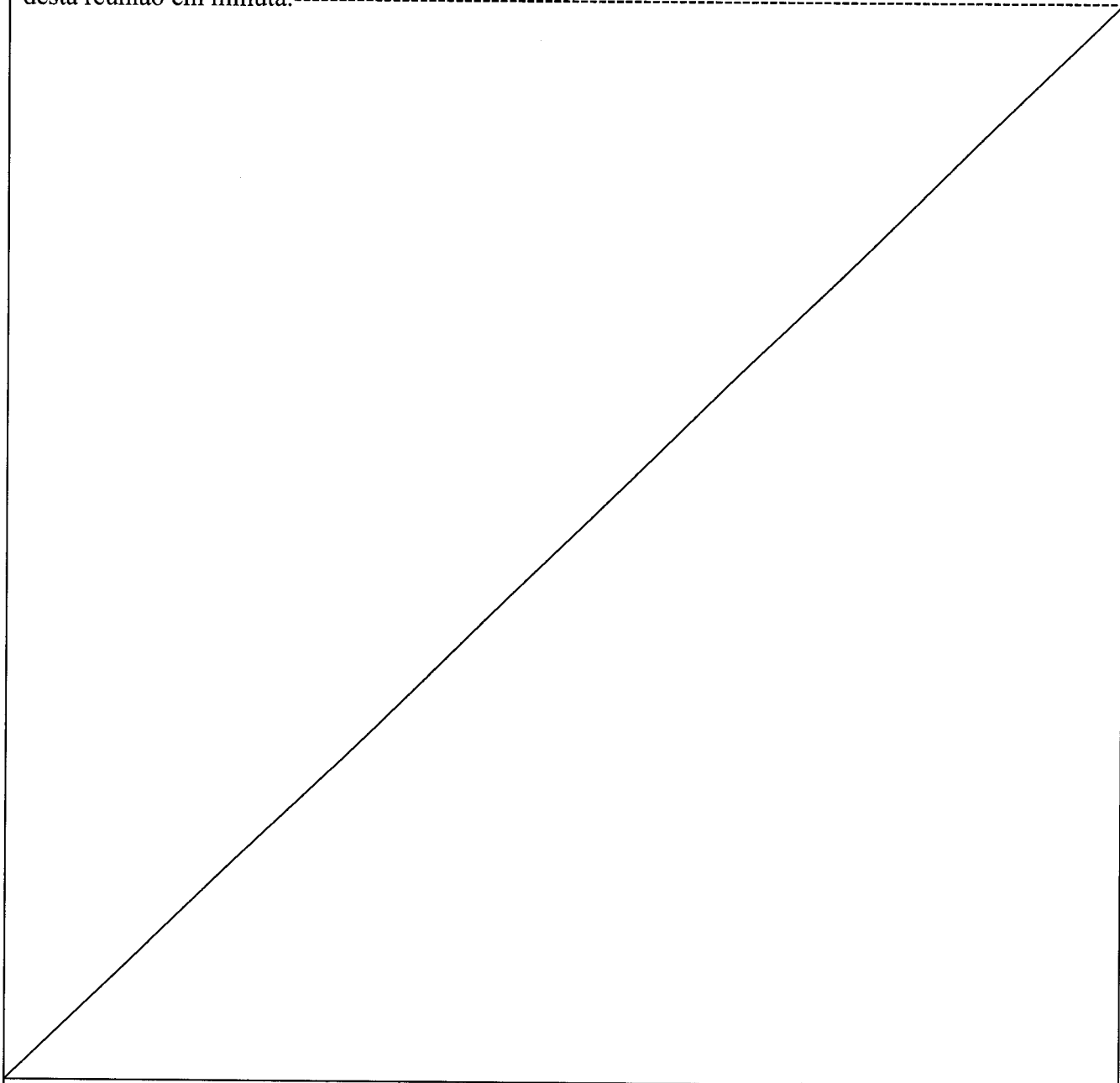


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----



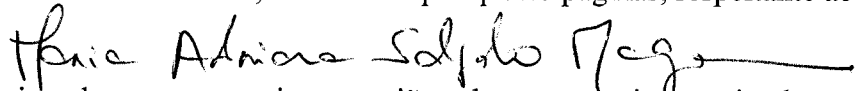


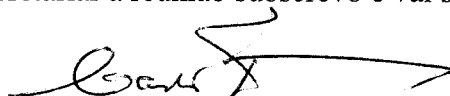
A

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dez horas e quarenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cinquenta e uma folhas, apenas utilizadas no anverso, um documento anexo, constituído por quatro páginas, respeitante ao item quatro, que eu


funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 21 / 11 / 2012, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas seis da respetiva minuta).-----

A Secretária,

